

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE NUTRIÇÃO**

PAOLA DE SOUZA ROBALLO

**PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL NA ASSISTÊNCIA
TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**

**Itaqui
2023**

PAOLA DE SOUZA ROBALLO

**PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL NA ASSISTÊNCIA
TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Nutrição da Universidade Federal
do Pampa como requisito parcial para obtenção
do Título de Bacharel em Nutrição.

Orientadora: Nádya Rosana Fernandes de
Oliveira

**Itaqui
2023**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

R629p Roballo, Paola de Souza
Promoção da Alimentação Adequada e Saudável na Assistência
Técnica e Extensão Rural / Paola de Souza Roballo.
33 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, NUTRIÇÃO, 2023.

"Orientação: Nádia Rosana Fernandes de Oliveira".

1. Autoconsumo. 2. Comercialização. 3. Intersectorialidade.
4. Políticas públicas. 5. Segurança alimentar e nutricional.
I. Título.


PAOLA DE SOUZA ROBALLO

**PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL NA
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**


Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Nutrição da
Universidade Federal do Pampa como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Nutrição.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 05 de dezembro de 2023


Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **NADIA ROSANA FERNANDES DE OLIVEIRA**
Data: 14/12/2023 11:20:03-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Nádia Rosana Fernandes de Oliveira
Orientadora
(Unipampa)

Documento assinado digitalmente
 **LANA CARNEIRO ALMEIDA**
Data: 14/12/2023 15:29:10-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Lana Carneiro Almeida
(Unipampa)

Documento assinado digitalmente
 **ROBERTA DE VARGAS ZANINI**
Data: 14/12/2023 15:45:15-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Roberta de Vargas Zanini
(Unipampa)

*“Encontrou-se, em boa política, o segredo de
fazer morrer de fome aqueles que, cultivando a
terra, fazem viver os outros”.*

Voltaire

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pampa e ao projeto Guia Alimentar na Assistência Técnica e Extensão Rural, por proporcionarem uma formação de qualidade e experiências que contribuíram para meu crescimento pessoal.

À todos os professores, técnicos e demais profissionais da Unipampa, principalmente à minha orientadora Nádia, por notar e incentivar meu potencial, e por todo o apoio, empatia e gentileza durante o processo.

À toda minha família, em especial aos meus pais, por toda a dedicação, suporte, confiança e pela oportunidade de viver meus sonhos.

Às minhas amigas do curso, especialmente Taissiani e Rithiele, por acompanharem todo o processo, demonstrando compreensão e cedendo apoio nos momentos de tensão.

À minha amiga de infância, Ana Paula, por todo o apoio e disponibilidade independentemente da distância.

Aos que não foram citados diretamente, mas que têm ciência da sua importância para a minha caminhada.

Encerro meus agradecimentos ressaltando que esta conquista não é somente minha, mas de todos vocês.

RESUMO

Estudo qualitativo, com produção de dados em grupo focal e análise interpretativa do conteúdo. O objetivo foi analisar práticas de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável dos agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural. População alvo composta por extensionistas rurais da Emater-RS, selecionados pela técnica de bola de neve. Os participantes relataram suas vivências a partir de questão norteadora. Ocorreram duas oficinas de escuta em julho de 2023, com nove participantes. Na análise de dados, realizou-se audição e transcrição das narrativas, seguida pela leitura vertical e impregnação dos temas, cultura e universo simbólico das experiências introjetadas de cada sujeito. Posteriormente, na leitura horizontal da totalidade das entrevistas, identificaram-se 14 categorias, entre previstas (6) e emergentes (8). Para análise e interpretação das categorias considerou-se as teorias sociais sobre as perspectivas do consumo de alimentos e geração de renda. Destaca-se o potencial da extensão rural na promoção de Segurança Alimentar e Nutricional, onde a amplitude das práticas permite a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável ao mesmo passo em que assegura condições de vida adequadas por meio da geração de renda.

Palavras-chave: autoconsumo; comercialização; intersetorialidade; políticas públicas; segurança alimentar e nutricional.

ABSTRACT

Qualitative study, with data production in a focus group and interpretative analysis of the content. The objective was to analyze practices for Promoting Adequate and Healthy Food by Technical Assistance and Rural Extension agents. Target population composed of rural extension workers from Emater-RS, selected using the snowball technique. Participants reported their experiences based on a guiding question. Two listening workshops took place in July 2023, with nine participants. In data analysis, the narratives were listened to and transcribed, followed by vertical reading and impregnation of the themes, culture and symbolic universe of the introjected experiences of each subject. Subsequently, in a horizontal reading of all interviews, 14 categories were identified, including predicted (6) and emerging (8). For analysis and interpretation of the categories, social theories about the perspectives of food consumption and income generation were considered. The potential of rural extension in promoting Food and Nutritional Security stands out, where the breadth of practices allows the Promotion of Adequate and Healthy Food while ensuring adequate living conditions through income generation.

Keywords: commercialization; food security; intersectoriality; public policy; self-consumption.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 10 |
| ARTIGO..... | 11 |
| REFERÊNCIAS | 28 |
| ANEXO..... | 31 |

APRESENTAÇÃO

O presente estudo consiste em artigo elaborado para publicação na Revista Saúde e Sociedade da Universidade de São Paulo (USP). Desse modo, sua estrutura é composta por introdução, metodologia, resultados e discussão, considerações finais e referências. Por fim, destaca-se que as normas da revista podem ser visualizadas no anexo 1.

ARTIGO

Autoras

Paola de Souza Roballo

Discente de graduação em Nutrição. Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Itaqui, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: paolaroballo9@gmail.com

Nádia Rosana Fernandes de Oliveira

Doutora em Nutrição em Saúde Pública. Docente do Curso de Nutrição, Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Itaqui, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: nadiaoliveira@unipampa.edu.br

Correspondência

Paola de Souza Roballo

Martinho Lutero nº 1287, Pirahy. São Borja, Rio Grande do Sul, Brasil. CEP 97670-000.

Contribuição das autoras

Ambas as autoras participaram de todas as etapas do estudo, desde o planejamento e implementação das oficinas de escuta até a análise e interpretação das narrativas.

Financiamento

Este estudo foi desenvolvido como parte de um projeto realizado pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa) - *Campus* Itaqui e Ministério da Saúde/Coordenação-geral de Alimentação e Nutrição, em parceria com a organização Pan-americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde.

Título

Promoção da Alimentação Adequada e Saudável na Assistência Técnica e Extensão Rural

Título em língua estrangeira

Promotion of Adequate and Healthy Food in Technical Assistance and Rural Extension

Resumo

Estudo qualitativo, com produção de dados em grupo focal e análise interpretativa do conteúdo. O objetivo foi analisar práticas de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável dos agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural. População alvo composta por extensionistas rurais da Emater-RS, selecionados pela técnica de bola de neve. Os participantes relataram suas vivências a partir de questão norteadora. Ocorreram duas oficinas de escuta em julho de 2023, com nove participantes. Na análise de dados, realizou-se audição e transcrição das narrativas, seguida pela leitura vertical e impregnação dos temas, cultura e universo simbólico das experiências introjetadas de cada sujeito. Posteriormente, na leitura horizontal da totalidade das entrevistas, identificaram-se 14 categorias, entre previstas (6) e emergentes (8). Para análise e interpretação das categorias considerou-se as teorias sociais sobre as perspectivas do consumo de alimentos e geração de renda. Destaca-se o potencial da extensão rural na promoção de Segurança Alimentar e Nutricional, onde a amplitude das práticas permite a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável ao mesmo passo em que assegura condições de vida adequadas por meio da geração de renda.

Palavras-chave: Autoconsumo; Comercialização; Intersetorialidade; Políticas Públicas; Segurança Alimentar e Nutricional.

Abstract

Qualitative study, with data production in a focus group and interpretative analysis of the content. The objective was to analyze practices for Promoting Adequate and Healthy Food by Technical Assistance and Rural Extension agents. Target population composed of rural extension workers from Emater-RS, selected using the snowball technique. Participants reported their experiences based on a guiding question. Two listening workshops took place in July 2023, with nine participants. In data analysis, the narratives were listened to and transcribed, followed by vertical reading and impregnation of the themes, culture and symbolic universe of the introjected experiences of each subject. Subsequently, in a horizontal reading of all interviews, 14 categories were identified, including predicted (6) and emerging (8). For analysis and interpretation of the categories, social theories about the perspectives of food consumption and income generation were considered. The potential of rural extension in promoting Food and Nutritional Security stands out, where the breadth of practices allows the Promotion of Adequate and Healthy Food while ensuring adequate living conditions through income generation.

Keywords: Commercialization; Food Security; Intersectoriality; Public Policy; Self-consumption.

Introdução

No Brasil, a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos produtivos no rural, ou seja, cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos, no qual estão inseridos 10,1 milhões de indivíduos, onde foi observada redução de 2,166 milhões na população ocupada (IBGE, 2020). Em um estudo mais recente, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar - Rede PENSSAN (2022), ao comparar moradores de áreas urbanas e rurais, identificou-se que a condição alimentar é pior entre os residentes das áreas rurais, onde a Insegurança Alimentar (IA) atingiu mais de 60% dos domicílios. Os dados apontam que os piores níveis estavam presentes nos domicílios de agricultores familiares que enfrentaram perdas na produção devido à dificuldade de comercializar seus produtos. A IA nas formas mais severas atingiu cerca de 38% dos domicílios, com prevalência da IA grave em 21,8% das habitações.

A desigualdade e dificuldade de acesso à renda, aos bens e serviços e às políticas públicas podem justificar a falha na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e de outros direitos, ao exemplo da saúde e educação, reforçando o retrocesso causado pela desestruturação das políticas públicas, que ocorreu desde 2016 e intensificou-se com a pandemia (Leite; Leite, 2022; Rede PENSSAN, 2022). Reforçando estes dados, destaca-se que, no país, somente 18% da agricultura familiar tem acesso à orientação técnica pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), enquanto que na região Sul, mais especificamente, 49% do público tem acesso (IBGE, 2020).

As consequências da insegurança alimentar, como desnutrição e carências nutricionais específicas, recaem sobre o setor Saúde, que tem sido historicamente o responsável por políticas e programas em Alimentação e Nutrição (A&N) no país. Entretanto, a garantia de segurança alimentar e nutricional (SAN) exige a conjunção de políticas públicas (Alves; Jaime, 2014), e o trabalho para a redução dos níveis de IA requer adesão a sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, integrando agricultura e nutrição (Oliveira; Jaime, 2018).

Nesse sentido, a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS), diretriz de duas importantes Políticas Nacionais (Política Nacional de Promoção da Saúde e Política Nacional de Alimentação e Nutrição), se configura em estratégia essencial para o enfrentamento da IA, fenômeno complexo, que compreende dimensões socioeconômicas, culturais e políticas, levando à de condição de vulnerabilidade social e exposição a fatores que afetam o bem-estar (Costa *et al.*, 2021). Destacam-se problemas relacionados à má alimentação, consumo de

alimentos inadequados e padrões alimentares que se sobrepõem à cultura e diversidade alimentar (Santos; Torres, 2023).

Ressalta-se, ainda, que a circulação de alimentos produzidos pela agricultura familiar é alternativa social e ambientalmente adequada para enfrentamento da IA (Leite; Leite, 2022), promovendo espaço para articulação intersetorial entre saúde e ATER. Deve-se reconhecer o potencial do extensionista rural enquanto promotor de práticas educativas voltadas para o desenvolvimento local, qualidade de vida e garantia de SAN entre os povos do campo, das florestas e das águas (Oliveira; Jaime, 2018). Sendo assim, é fundamental que as práticas de trabalho estejam em consonância com as recomendações mais atuais no que concerne à PAAS, a exemplo do Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014).

Diante do exposto, demonstra-se a relevância do presente estudo, onde a maior parte da população em situação de IA no país se concentra nas áreas rurais (Grigol *et al.*, 2021). Considerando os extensionistas parte essencial para alcançar SAN, baseada nos princípios de equidade, resgate do DHAA, preservação ambiental e promoção do bem-estar (Rede PENSSAN, 2022), o objetivo deste estudo foi analisar práticas de PAAS realizadas por agentes de ATER do estado do Rio Grande do Sul.

Este trabalho insere-se em um projeto desenvolvido entre Universidade Federal do Pampa (Unipampa/Campus Itaqui) e o Ministério da Saúde/Coordenação-geral de Alimentação e Nutrição em parceria com a Organização Pan-americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde que busca contribuir para o fortalecimento da ação intersetorial entre Saúde e ATER, com vistas a impulsionar as ações de PAAS, com base no Guia Alimentar para a população brasileira, em nível local.

Metodologia

Trata-se de pesquisa desenvolvida a partir de metodologia qualitativa, privilegiando os espaços de escuta coletiva por meio de oficinas de escuta, com sistematização de evidências a partir das narrativas com análise interpretativa do conteúdo. As entrevistas foram realizadas de modo coletivo a partir de questão norteadora semi estruturada e pré-testada “*Da sua prática de trabalho, nos conte aquela que você identifica como destaque no tema de alimentação*” (Gil, 2021).

A população alvo foi composta por agentes de extensão rural que desenvolveram atividades voltadas para Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS), em um dos territórios da Emater-RS. Os atores chave foram selecionados por meio da técnica de bola de

neve (Biernacki; Waldorf, 1981), identificados inicialmente pelo contato com a direção técnica da prestadora de ATER do estado (Emater-RS) e representantes de extensionistas rurais de cada uma das 12 regionais, a saber: Bagé, Caxias do Sul, Erechim, Frederico Westphalen, Ijuí, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Santa Rosa e Soledade. Cada representante indicou colegas responsáveis pelo trabalho com os temas de A&N na extensão rural daquele território. Desse modo, possibilitou-se o mapeamento dos atores chave. A carta convite foi encaminhada para 36 extensionistas, no intuito de que pelo menos 12 participantes, um de cada regional, integrassem a amostra.

Foram planejadas duas oficinas de escuta no mês de julho, com duração de 1h30min a serem realizadas por meio do *Google Meet*®. A autorização para uso de voz e imagem dos participantes foi obtida mediante preenchimento de formulário *online*, onde as gravações foram realizadas com a ferramenta disponível na plataforma e com o uso de dispositivos móveis. A oficina de escuta foi conduzida por moderadores e teve início com breve apresentação do projeto, da equipe e da dinâmica da atividade, seguida pela apresentação dos convidados. Na sequência, os atores chave foram direcionados pelo(a) moderador(a) através da questão norteadora, onde cada convidado teve espaço aberto para relatar as suas vivências. Após o término das falas individuais, os mesmos foram questionados quanto ao uso de materiais de apoio para suas ações. No encerramento da dinâmica, o espaço foi destinado para contribuições finais dos atores chave.

Para a análise dos dados, primeiramente, realizou-se a audição das narrativas através da gravação, seguida pela transcrição com a ferramenta de digitação por voz do *Google Docs*®. As transcrições foram revisadas e encaminhadas individualmente aos interlocutores para fins de validação. Posteriormente, ocorreu a leitura vertical das entrevistas e a impregnação dos temas, cultura e universo simbólico atribuídos às experiências introjetadas de cada sujeito entrevistado (Denzin, 2006). Na sequência, realizou-se leitura horizontal da totalidade das entrevistas, onde trechos das narrativas foram selecionados e agrupados dentro de categorias previstas e categorias emergentes (Campos, 2004).

Para esta etapa, as categorias previstas foram elencadas com base nos achados de Oliveira e Jaime (2018) e reforçadas diante da fala dos sujeitos, enquanto que as categorias emergentes, aquelas que surgiram a partir das narrativas, foram agregadas, trazendo novas interpretações acerca das práticas extensionistas. Para a elaboração dos resultados e discussão, foram selecionados os trechos representativos para interpretação de cada categoria identificada, ancorada nos referenciais teóricos.

Resultados e discussão

As duas oficinas de escuta ocorreram nos dias 19 e 20 de julho de 2023, com duração de, aproximadamente, 1h30min. Contaram com a participação de nove agentes de ATER das áreas administrativa, técnica agropecuária e social e contemplando formações como farmácia, agronomia, pedagogia e letras. Os atores chave pertenciam às regionais de Bagé, Caxias do Sul, Ijuí, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre e Soledade, de modo que o estudo abrangeu sete das 12 regionais do Estado. A amostra foi composta majoritariamente por mulheres ($n = 7$) e o tempo de atuação na extensão rural variou de 9 a 33 anos (média de 27,5 anos ± 13).

A análise das práticas de trabalho relatadas pelos extensionistas evidenciou 14 categorias relacionadas à PAAS, sendo seis categorias previstas: autoconsumo, comercialização, cultura alimentar, plantas bioativas, agroecologia e saúde; e oito categorias emergentes: intersectorialidade, políticas públicas, formação, processamento, inclusão socioprodutiva, qualidade higiênico-sanitária, diversificação e habilidades culinárias.

Dentre as categorias identificadas, intersectorialidade esteve presente na totalidade das narrativas, englobando as atividades desenvolvidas pela ATER em conjunto aos outros setores, como educação (nutricionistas, merendeiras e escolares), saúde (equipe da atenção primária à saúde - ao exemplo dos agentes comunitários de saúde - e usuários do SUS), assistência social e turismo. Essa categoria também se refere à participação e controle social por meio de representação em conselhos de saúde, conselhos de SAN, conselhos de alimentação escolar, conselhos de desenvolvimento rural, conselhos de assistência social, entre outros.

De acordo com Alves e Jaime (2014), a intersectorialidade pode ser compreendida como uma articulação entre diferentes setores ao formular e implementar intervenções para a promoção de saúde e SAN, possibilitando um olhar integral ao indivíduo. Favorece o fortalecimento das ações voltadas para A&N pelo setor saúde e ações de SAN nos setores de agricultura, desenvolvimento agrário e educação, visando o enfrentamento da IA.

Na análise das narrativas, observou-se uma cooperação entre ATER e outros setores, onde as políticas públicas são o elo que os une, visando a garantia de SAN: *“a gente está bem integrado, secretaria municipal da educação, secretaria municipal da saúde, a secretaria municipal da assistência social e todas têm políticas públicas onde a gente, quando vê, está lá a segurança e soberania alimentar de uma forma ou de outra”* (E7). Nesse contexto, as políticas públicas fortalecem a articulação intersectorial, ao exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que figura o meio pelo qual os extensionistas permanecem em contato com o setor educação. Contato esse que começa com o incentivo e apoio ao agricultor

enquanto fornecedor de alimentos para a alimentação escolar, e se estende por meio de atividades propostas aos escolares ou para a capacitação de merendeiras. No trecho abaixo, compreende-se que a participação e o controle social se tornam ferramentas para que extensionistas busquem estratégias a fim de superar dificuldades enfrentadas pelo público assistido:

Eu participava do conselho de alimentação escolar e por último eu era presidente do conselho, então a gente procurava fazer reuniões itinerantes nas escolas. Cada mês tinha reunião numa escola porque lá a gente ouvia as necessidades daquela escola, acompanhava ali a merenda, vinha a questão de utensílios, toda a questão que as merendeiras precisavam também (E9).

Considerando o público alvo das políticas públicas intersetoriais, ao exemplo do PNAE, Moura *et al.* (2022) identificaram que, no contexto de promoção da saúde entre crianças da primeira infância, a intersetorialidade surge como elemento precursor ao cuidado integral, possibilitando que as necessidades observadas sejam efetivamente atendidas. Da mesma forma, pode-se observar a intersetorialidade como método pelo qual os extensionistas implementam suas ações, sendo impulsionados pela existência de políticas públicas.

Um exemplo comumente citado de intersetorialidade é o Programa Saúde na Escola (PSE), cuja finalidade é contribuir na formação integral dos alunos da rede pública através de ações voltadas para a prevenção, promoção e atenção à saúde (Brasil, 2007). No entanto, as autoras Pereira e Bandeira (2022) descrevem a fragilidade na execução dessa política intersetorial, onde a realização das práticas educativas em PAAS é realizada somente por um dos setores envolvidos, seja pela falta de diálogo, tempo ou por conta da limitação de recursos.

A partir dessa perspectiva, e, baseado nas narrativas analisadas, pode-se considerar que a articulação entre diferentes setores da sociedade está condicionada à disponibilidade de apoio e investimento para a execução das políticas públicas. Dessa forma, para sua efetividade há necessidade de estrutura adequada e de atividades formativas para os profissionais envolvidos. Além disso, ressalta-se que diante da implementação da intersetorialidade, a soma de conhecimentos e habilidades dos profissionais favorece a eficácia das intervenções, permitindo a integralidade do cuidado: “*então a gente achava, assim, que era uma forma muito mais eficiente de atingir certos objetivos, mudar hábitos, trabalhando com as crianças, porque elas chegavam em casa, cobravam os pais, plantavam aquilo que a gente mandava*” (E9). Dessa forma, entende-se que a intersetorialidade é o meio pelo qual se dão as práticas extensionistas buscando a garantia de SAN.

Em um contexto mais geral, as categorias agroecologia e cultura alimentar estiveram presentes nas narrativas como parte da identidade dos agricultores. No estudo de Ibarra,

Pizzinato e Oliveira (2023), a agroecologia é compreendida pelas agricultoras como uma forma de produção de alimentos e enquanto prática política que defende a justiça social e a vida digna. Torna-se intrínseca ao agricultor no momento em que tal indivíduo desenvolve a capacidade de viver harmonicamente com a natureza, usufruindo do que ela proporciona, ao mesmo passo em que se adapta e respeita as suas condições. O respeito se manifesta na preservação das espécies cultivadas e no emprego de conhecimentos e técnicas que perpassam gerações. Sendo assim, parte-se da ideia de que o ser humano compõe a natureza, devendo agir em harmonia ao invés de tratá-la como um recurso externo destinado somente à exploração (Niemeyer; Silveira, 2022).

O estilo de vida contemporâneo tende a modificações nos modos de comer, nas relações de comensalidade e na identidade alimentar dos indivíduos, onde se observa uma tendência de homogeneização das práticas alimentares influenciada pelo processo de globalização (Arnaiz, 2005). Tal processo interfere no trabalho com alimentos no rural, podendo ocasionar mudanças nos seus modos de produção, e conseqüentemente, estrelecendo a soberania alimentar dos povos (Lima; Neto; Farias, 2015).

Neste sentido, as práticas extensionistas contribuem para a manutenção e reprodução social da cultura alimentar de cada povo, por meio da valorização dos saberes populares, envolvendo o saber-fazer relacionado à produção, resgate de receitas e da história alimentar: *“A questão da alimentação, de valorizar esse alimento (...) Então, esses alimentos, a cultura alimentar, o resgate da história alimentar, a valorização da alimentação das gerações”* (E7). Ainda, destacou-se a propagação de sementes e mudas crioulas: *“E um aspecto, assim, que é muito forte dentro do trabalho de segurança e soberania alimentar na nossa região, é o trabalho de resgate e incentivo, enfim, à difusão das sementes crioulas e da recuperação da agrobiodiversidade”* (E3), *“(...) é fundamental quando a gente vai falar de alimentação saudável, porque é a garantia de que aquela espécie, aquela fruta ou aquela verdura ou enfim, vai se manter, tendo a garantia que alguém vai cuidar dessas sementes”* (E8). Encontra-se nessas práticas um movimento de resistência às mudanças alimentares impostas pelo mundo contemporâneo, na tentativa de manter vivas as tradições e culturas que tornam cada povo único em sua pluralidade.

Diante da amplitude das práticas extensionistas em PAAS, compreendeu-se que a garantia de SAN é a base de tais práticas, a qual se insere em duas perspectivas: consumo de alimentos e geração de renda. Portanto, serão discutidas separadamente nas próximas seções.

Garantia da SAN e a perspectiva do consumo de alimentos

Considerando o trabalho extensionista para a garantia de SAN pela perspectiva do consumo de alimentos, as práticas são voltadas para a garantia de acesso aos alimentos, PAAS e promoção da saúde, envolvendo sobretudo as categorias autoconsumo, inclusão socioproductiva, saúde, habilidades culinárias e plantas bioativas.

Neste contexto, o incentivo à produção de alimentos para abastecimento familiar (autoconsumo) demonstra grande importância nas práticas, pautado na garantia da AAS, em harmonia com o meio ambiente e implica menor dependência por redes de supermercado, promovendo, conseqüentemente, a garantia da SAN. O primeiro (e mais importante) passo é assegurar o acesso da população a esses alimentos. Neste cenário, a inclusão socioproductiva foi entendida como ações voltadas para a população em vulnerabilidade socioeconômica, viabilizando a execução de projetos produtivos como forma de garantir a produção de alimentos para autoconsumo e o excedente para a geração de renda (quando houver). Em algumas narrativas são citados programas de fomento como o Plano Brasil Sem Miséria, Programa RS Rural, Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e Programa Sementes BARRISUL, cuja finalidade é garantir SAN, sendo voltados para indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No trecho a seguir, o extensionista rural aponta necessidades observadas:

*Então a gente tem uma preocupação bastante grande em trabalhar com essas pessoas que estão numa condição de maior vulnerabilidade e numa perspectiva, enfim, de ampliação da diversificação no meio rural e da **produção para consumo familiar**. Os **monocultivos** eles acabam degradando o sistema de produção mais para consumo familiar, as pessoas acabam intensificando muito o monocultivo, do tabaco é bem característico, e acabam fugindo um pouco de alguns cultivos mais tradicionais para o consumo. Então aqui teve no passado, e agora, infelizmente, nós temos a perspectiva de resgatar um trabalho forte aqui em segurança e soberania alimentar nas famílias para extrema pobreza e a ideia então, agora trabalhar com em torno de 1.000 famílias na região e estruturação de, enfim, **projetos produtivos**. O foco principal desses projetos produtivos é para produção para o consumo familiar e alguma coisa para comercialização (E3).*

Foram apontadas alterações no modo de produção dos alimentos pelos agricultores, tendo em vista que os monocultivos passaram a dominar seus modos de plantio. Tais alterações interferem no consumo alimentar devido à menor diversidade na produção, causando também maior dependência pelos mercados: “a gente sempre notava que o nível de **dependência** era bem alto das famílias do **mercado**, principalmente aquelas que tinham mais renda” (E9). A busca por alimentos em redes de supermercados também influencia o padrão alimentar, onde o acesso e exposição aos alimentos processados e produtos alimentares ultraprocessados ocasiona mudanças:

*Nós temos uma preocupação grande assim com a **elevação no consumo dos alimentos ultraprocessados**, são recorrentes as análises dos profissionais de saúde no sentido de trazer um **aumento da população com obesidade, com problemas de diabetes**, enfim, problemas de saúde relacionados a problemas alimentares (E3).*

Dessa forma, o incentivo à produção para autoconsumo torna-se estratégia adotada como forma de PAAS e promoção da saúde, considerando dois contextos. O primeiro reflete a falta de acesso aos alimentos: *“E com essa função de levar as mudas, levar as sementes, hoje quase todos têm horta. Então eles começaram a produzir a horta, porque é o que faz render a carne e muitos as vezes não tem carne, então é o que eles tinham de diferencial” (E9)*. Enquanto que o segundo está relacionado com a variedade da alimentação: *“no sentido de estimular a horta, estímulo à **produção para subsistência**, porque lá na região a cultura é carne. Comer carne, arroz e feijão. É porque é muito ali na fronteira” (E9)* e ao acesso/exposição à alimentos de baixa qualidade nutricional:

*(...) uma família que tinha meio hectare arrendado para soja, esse meio hectare ao final da nossa atuação, em um ano e meio, virou meio hectare de **hortaliças diversificadas**. Então em rentabilidade e em benefícios para alimentação daquela família que talvez vivia se alimentando de ultraprocessados com essas seis ou 10 sacas de soja (E4).*

Santos e Torres (2023) realizaram estudo que tinha por objetivo analisar os efeitos do acesso ao mercado institucional na SAN de agricultores familiares. O estudo demonstrou que mais da metade dos entrevistados apresentava excesso de peso, além disso, 55% das famílias apresentavam um dos membros com alguma doença, onde as mais citadas foram hipertensão, diabetes e colesterol elevado. Em conformidade com esses dados, os autores identificaram o consumo diário de algum tipo de ultraprocessado entre todos os entrevistados, sendo que o consumo desses alimentos se deu mesmo em ambientes familiares onde havia alta disponibilidade de alimentos *in natura*. Sendo assim, os mesmos apontam a necessidade de ações em educação alimentar e nutricional direcionadas à população rural, visando a promoção da saúde. Este fato reforça os achados do presente estudo, onde as mudanças no consumo alimentar também se manifestam entre os moradores dos espaços rurais.

Destaca-se, ainda, que a produção para abastecimento familiar também se insere como estratégia alimentar para a reprodução social das famílias no meio rural, a qual minimiza a dependência por mercados externos e permite a preservação do hábito alimentar culturalmente referenciado (Rodrigues; Medeiros, 2024). Corroborando com essa informação, Grigol *et al.* (2022) refletem sobre a dificuldade de aquisição de hortaliças em mercados urbanos, onde os preços elevados e a grande perecibilidade são obstáculos enfrentados para o acesso a estes alimentos. Nesse contexto, a produção para autoconsumo torna-se o meio pelo qual possibilita

o acesso das famílias ao consumo de hortaliças, que, mesmo em poucas variedades, servem como complemento para o tripé arroz, feijão e carne. Os autores identificaram, ainda, que a maior dependência da compra de alimentos em mercados está associada à redução na produção para autoconsumo, o que vai ao encontro do que foi relatado no grupo focal:

*A gente tinha uma ilusão de que as famílias tinham mais dependência do mercado, mas na verdade a gente identificava que as vezes as **mais carentes tinham menos dependência do mercado**, que conseguiam produzir em pouco espaço muito mais variedade de coisas que precisavam (E9).*

Por meio das narrativas também foram identificadas relações existentes entre as categorias saúde, habilidades culinárias e plantas bioativas. A categoria saúde é descrita como conjunto de atividades implementadas com o intuito de promover cuidados em saúde e/ou PAAS.

No trecho abaixo, demonstra-se relação entre saúde e habilidades culinárias:

*São momentos que a gente está ali conversando, até a gente tem muito preconceito dentro da extensão rural que é 'ah, os colegas fazem receitinha', só que quando tu está lá fazendo as **receitinhas**, tu está conversando sobre **saúde**, está orientando sobre a questão do sal, sobre a questão do óleo. Tinha comunidades mesmo minhas que não comiam arroz sem sazón, aí a gente vai incentivando, trabalha a questão dos temperos, daqui a pouco elas pararam de consumir o sazón, porque aí tu vai **construindo o conhecimento junto com as pessoas** (E9).*

No Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014), as habilidades culinárias são definidas como habilidades envolvidas com a seleção, pré-preparo, tempero, cozimento e apresentação de preparações culinárias, que são desenvolvidas, aperfeiçoadas e transmitidas pelas gerações. Também considera que o enfraquecimento dessas habilidades culinárias favorece o consumo de ultraprocessados. Sendo assim, a falta de habilidades culinárias podem se tornar um obstáculo para a AAS.

Compreende-se a elaboração de receitas como uma estratégia que fortalece a autonomia nas escolhas alimentares e a diversificação alimentar, na medida em que restabelece o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados em detrimento dos ultraprocessados. Além disso, favorece a valorização dos alimentos produzidos localmente e ajuda a prevenir o adoecimento. Diante do exposto, reforça-se que tal estratégia vai ao encontro das recomendações do Guia Alimentar.

Os autores Rigote, Bueno e Akerman (2023) ponderam que o ato de cozinhar, inserido em um espaço educativo, torna-se ferramenta de promoção da saúde, centralizando a discussão no entorno do alimento e a comida. Deste modo, o ato de cozinhar proporciona a transformação

de uma realidade, tendo como consequência o impacto positivo na saúde das pessoas e na formação de ambientes saudáveis.

No que concerne à relação entre saúde e a categoria plantas bioativas, que por sua vez inclui plantas alimentícias não convencionais (PANC), plantas medicinais, aromáticas, condimentares e tóxicas:

*Nós estamos falando de pessoas que moram longe da cidade, **nunca tiveram acesso a serviços de saúde**, que muitas vezes não têm UBS, e o que que eles têm? Eles têm as plantas, na sua própria propriedade, e isso é uma coisa milenar que já vem de geração em geração, então nós trabalhamos com isso sim (E6).*

Por meio da narrativa, expõe-se uma barreira imposta ao público assistido, que é a falta de acesso às unidades básicas de saúde (UBS). Cabe destacar que as plantas bioativas se inserem no contexto de práticas integrativas e complementares em saúde (PICS). Nesse sentido, os extensionistas usufruem do seu conhecimento técnico para garantir que o público beneficiado tenha acesso a informações seguras referentes à produção, manejo, processamento e modo de uso das plantas bioativas. Ou seja, complementando os saberes populares com o seu conhecimento técnico:

*Então, tanto **valorizando os saberes populares**, quanto o **conhecimento científico e estimulando a pesquisa**, que esse é um propósito bastante grande que nós temos, de dar essa **segurança** para as pessoas que fazem uso seja de uma planta alimentícia não convencional, seja de uma planta medicinal, uma planta condimentar, nesse sentido (E1).*

A falta de acesso às UBS exposta na narrativa reforça a necessidade de políticas públicas que assegurem o direito à saúde da população residente em áreas rurais remotas. Corroborando este achado, os autores Santos e Torres (2023) constataram no seu estudo a precariedade do acesso ao saneamento básico e a ausência de serviços públicos próximos às residências (coleta de lixo, serviços de ATER, escolas públicas e/ou unidades de saúde). Esses fatores impactam diretamente nas condições de saúde, educação e SAN da população do campo. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que, para garantir a integralidade na saúde e o DHAA, são necessárias iniciativas que busquem ampliação da rede de cuidados ou sinalizar as necessidades dos agricultores (Costa *et al.*, 2021). Conforme Fausto *et al.* (2023), se faz necessária a adoção de estratégias organizativas, de modo que as especificidades geográficas e ambientais dos territórios não sejam tratadas como obstáculo para a garantia do direito à saúde, mas como base para análise e planejamento na implementação de políticas públicas. Aponta-se, novamente, a importância da articulação intersetorial entre ATER e Saúde, de modo que políticas públicas para comunidades do campo, das florestas e das águas tenham potencial de viabilização.

Garantia da SAN e a perspectiva da geração de renda

Pela perspectiva da geração de renda, as práticas extensionistas identificadas nas oficinas de escuta baseiam-se no incentivo à diversificação da produção, agroindustrialização, inserção nos mercados institucionais e/ou circuitos curtos de comercialização e qualificação dos agricultores para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de alimentos. Neste contexto também se insere a categoria formação, referindo-se às ações educativas realizadas junto às populações do campo, das florestas e das águas, ao exemplo de grupos de jovens e grupos de mulheres, além das atividades de formação permanente e continuada voltadas para os próprios extensionistas.

Neste sentido, as políticas públicas como o PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) permitem a emancipação do agricultor, tendo em vista que possibilitam o acesso à renda por meio da comercialização dos alimentos produzidos, sejam eles *in natura* ou minimamente processados, quer sejam alimentos processados. O acesso à renda pela garantia de venda dos alimentos produzidos, assegura a permanência e continuidade das populações no rural brasileiro e de suas práticas produtivas. O trecho a seguir demonstra como o acesso ao PRONAF promove mudanças na estrutura da renda familiar:

*Através das políticas públicas e daquele começo de conversa que parecia que não ia dar em nada, **acessaram o PRONAF**, hoje eles têm dois aviários, 24.000 galinhas e hoje ela ganha 45 centavos pela dúzia de ovos, está super satisfeita, já não costura mais os calçados para a fábrica. Entende, isso **transforma a vida de uma família** e a gente não se dá conta às vezes, de uma pequena ação que talvez nem tinha aquele objetivo (E8).*

As narrativas dos atores chave reforçam a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas e compreende-se a sua importância enquanto instrumento para enfrentamento da IA:

*Nós precisamos de políticas públicas para as famílias em condições de maior vulnerabilidade, principalmente. Nós precisamos de políticas públicas para o agrícola, municipais que dialoguem com a **realidade local**. Falta muito, há muito uma espera das políticas públicas em âmbito nacional e por vezes, elas podem ser interrompidas e desestruturar várias cadeias. (...) A importância de ter **políticas de fomento à produção para as famílias em condições de vulnerabilidade**, de ter políticas que estimulem as compras de alimentos, a distribuição também para as famílias vulneráveis (E3).*

*Um destaque muito forte foi poder ter participado do programa **Plano Brasil sem Miséria**, (...), muitas pessoas (...) que nem eram consideradas nada e a gente*

*conseguir trazer essas pessoas (...). E esses **projetos produtivos**, eu vou dizer aqui pra vocês que 99% era hortas e de alimentos. E assim, pessoas que não tinham o que comer, a partir desse processo, tiveram o que comer e conseguiram ter este produto para vender. Inclusive, no PAA, que foi a inclusão, eu tenho muito orgulho de dizer, aqui no município de Pelotas, que nós conseguimos colocar no PAA municipal quilombolas 'pra' serem os fornecedores de alimento para a prefeitura, eles mesmos disseram '**olha, nós jamais pensaríamos que nós íamos poder ser fornecedores da prefeitura**' (E6).*

Para os autores Leite e Leite (2022), as políticas públicas de fomento à AF destacam-se como estratégia na produção de alimentos saudáveis para a população urbana e rural. Também ressaltam a necessidade de ampliar essas iniciativas governamentais para a garantia da SAN no país. Enquanto que Santos e Torres (2023) indicam que o acesso ao mercado institucional possibilitou aos agricultores a geração e melhoria de renda, garantia de trabalho e escoamento da produção, além de maior diversidade produtiva e alimentar, impactando de forma positiva nas condições de SAN das famílias rurais.

No estudo realizado por Batista *et al.* (2016), pela perspectiva dos agricultores familiares, a adesão ao PAA proporcionou segurança quanto ao processo de pagamento das suas vendas, melhora da autoestima e qualidade vida, investimento familiar, além de favorecer a sua permanência no campo. Portanto, a adesão a esse tipo de política pública permite a garantia de AAS para a população em geral, e, mais especificamente, condições de vida adequadas para a população do campo.

*A **inclusão social**, ela só se tornou possível quando se teve uma **política pública para famílias**, é o recorte da política pública agrária, para famílias de extrema pobreza do meio rural a fundo perdido esse recurso. Bom, a partir daí tu consegue tentar **transformar uma realidade** agora, assim, ó, não é possível uma inclusão social quando não tem essa sensibilidade dos governantes (E6).*

Hendler, Ruiz e Oliveira (2023) identificaram em seu estudo, realizado no município de Mostardas/RS, necessidade de programas e ações locais voltadas para a valorização da sociobiodiversidade, visto que se limita apenas à inserção dos alimentos da AF nos cardápios escolares devido ao PNAE. Além disso, as autoras ressaltam a falta de compreensão por parte dos gestores municipais no que se refere ao potencial da alimentação escolar para o fortalecimento da AF e economia local.

No presente estudo, os extensionistas reforçaram constantemente que a sensibilização dos gestores públicos é a peça chave para concretizar políticas públicas municipais:

*Bem, para a maior parte das ações, assim, são parceiros fundamentais as **gestões municipais**. Então assim, é o local onde se consegue estruturar uma política pública municipal, por exemplo. É o local onde se faz a mediação, por exemplo, para estruturar uma feira, para ampliar as compras da alimentação escolar, o percentual de compras da agricultura familiar, para, digamos assim, coibir as vezes um*

*movimento que existe que é de simplificação dos processos de compra e venda, que às vezes ficam inclinados à não valorizar as vendas da agricultura familiar. Então esses são **gestores fundamentais e estratégicos** na nossa região (E3).*

Essa fala vai ao encontro do que Hendler, Ruiz e Oliveira (2023) sugerem quando destacam que a sensibilização dos gestores locais referente à inclusão da sociobiodiversidade nos mercados institucionais pode resultar positivamente na parceria entre setor público e AF, visando o aumento da capacidade produtiva, estruturação de espaços físicos para beneficiamento dos alimentos e a inserção desses produtos nas chamadas públicas.

*Uma outra parte dentro da questão da alimentação são as **agroindústrias familiares**, os jovens rurais, as mulheres rurais, que trabalham diretamente na agroindustrialização dos alimentos, produz, transforma, comercializa. É uma área fantástica, assim, que eu vejo como essencial para as famílias rurais que têm esse potencial, colocar em prática e produzir um produto com **qualidade nutricional**, que tem muito, se desenvolveu muito também aí nos últimos 10, 15 anos, mas que ainda tem um potencial bastante grande de **ampliação e diversificação de produtos**, tem muito panificado, tem muita queijaria, mas dá para ampliar bastante aí dentro dessa questão (E1).*

*Outra coisa que a gente estimulou muito foi a questão de participar de **feiras**. A gente levava essas pessoas que tinham, assim, uma certa habilidade, que já **processavam queijos, cucas, doces**, enfim, a gente levava pra participar em São Luiz Gonzaga, nas feiras regionais, São Nicolau (...) também depois a gente começou a estimular no próprio município, na praça (...) hoje o pessoal tá comercializando pro **PNAE** e tem uma feira com estrutura já organizada, então já evoluiu muito (E5).*

Em ambas as falas se demonstra o potencial de crescimento e a evolução da AF diante do incentivo e apoio dos extensionistas rurais. Nessa situação, o processamento tem papel de destaque como forma de aumentar a variedade de produtos para comercialização, além de reduzir o desperdício de alimentos na propriedade rural. A qualidade higiênico-sanitária também foi identificada nas narrativas, visto que o emprego de técnicas como pasteurização, armazenamento e conservação adequados e a capacitação em boas práticas de fabricação e/ou manipulação de alimentos garantem a qualidade e segurança do produto final.

Dessa forma, processamento e qualidade higiênico-sanitária foram categorizados devido ao entendimento de que consistem em uma estratégia para ampliação da renda familiar e de legalização dos produtos. Em termos de processamento, pode ser desenvolvido a nível doméstico, limitando-se à cozinha da família rural, permeado pelos aspectos culturais e considerado informal quanto aos requisitos da legislação. Enquanto que as agroindústrias familiares representam uma forma de organização, cuja finalidade é destinar uma parte da produção agropecuária ao processamento para fins de comercialização, sendo entendida como um empreendimento social e econômico. Essas agroindústrias são caracterizadas pelo uso de

matérias primas próprias e mão de obra familiar, com máquinas e equipamentos que permitem a produção em escalas menores e localizadas no rural (Mior, 2005).

Cabe destacar que as normas que regulamentam esses empreendimentos são as mesmas voltadas para a produção em larga escala, o que dificulta a legalização de agroindústrias familiares. As exigências impostas envolvem processos burocráticos que demandam tempo e custos para o agricultor, tornando-se mais um prejuízo do que de um benefício, considerando que o intuito é impulsionar a venda dos seus produtos por meio da agroindustrialização. Por conta disso, Cruz (2020) ressalta a necessidade de adequação das normas vigentes, possibilitando a legalização de maior número de agroindústrias e que as famílias que processam a nível doméstico também sejam contempladas. A autora também reflete que é preciso encontrar meios de reconhecer e qualificar o processamento de alimentos independentemente da escala, assegurando as singularidades dos produtos processados a nível doméstico.

Sendo assim, compreende-se o papel essencial empregado pelo extensionista rural, ao passo em que é o responsável pela qualificação de modos de produção, processamento e comercialização do agricultor: “(...) *assim se inicia o trabalho e o **processo de mostrar como faz**, hoje ela ainda não está com uma agroindústria legalizada, mas transformou aquele produto que podia melhorar, está muito bom e assim a gente vai tentando **legalizar**” (E8) e também destaca-se a sua contribuição na ampliação da renda familiar do agricultor. Dessa forma, o extensionista e o agricultor assumem juntos a responsabilidade de garantir ao consumidor alimentos com qualidade do ponto de vista nutricional e sanitário: “e a gente poder ter um **produto com qualidade** na propriedade, **ganhar um preço melhor**, isso aí são coisas, assim, que às vezes a gente não pontua na hora, mas é importantíssimo a gente conversar sobre isso também” (E6).*

Sousa e Júnior (2022) apresentam o potencial da ATER em prosperar junto aos agricultores, onde a reformulação do serviço de extensão rural favoreceu a adoção de novas metodologias. Desse modo, o extensionista rural faz o uso de uma abordagem mais participativa e que promove a autonomia do agricultor, que por sua vez assume o protagonismo na tomada de decisões. Sendo assim, compreende-se a extensão rural como peça fundamental para a garantia de SAN e promoção do desenvolvimento rural.

Considerações finais

A extensão rural envolve uma ampla discussão no que diz respeito à A&N, onde as práticas extensionistas são formuladas e implementadas a partir das necessidades identificadas

no público beneficiado. Tais práticas são baseadas em um objetivo maior, que é a garantia de SAN e, neste sentido, se inserem em duas perspectivas: consumo de alimentos e geração de renda. Apesar das perspectivas serem discutidas separadamente no presente estudo, são complementares e ocorrem de forma simultânea. Dessa forma, as práticas extensionistas voltadas para o consumo de alimentos têm enfoque no acesso aos alimentos pelas famílias através de projetos de inclusão socioprodutiva e produção para abastecimento familiar, além de enfoque para a promoção da saúde. Enquanto que as práticas que visam a geração de renda envolvem o incentivo à diversificação e ampliação da produção, além da qualificação dos modos de produção, processamento e comercialização. Em ambas perspectivas, é evidente a intersetorialidade como uma característica intrínseca, ao tempo em que a valorização da cultura alimentar e da agroecologia emergem como parte da identidade dos agricultores.

Portanto, destaca-se o potencial da extensão rural para a promoção de SAN e do desenvolvimento rural sustentável, de modo que a amplitude das práticas extensionistas permite o acesso à AAS ao mesmo passo em que assegura condições de vida adequadas por meio da geração de renda. O desenvolvimento da AF junto à extensão rural depende da formulação e implementação de novas políticas públicas, além da continuidade daquelas existentes. Neste contexto, cabe ressaltar a necessidade de políticas públicas que assegurem o direito à saúde da população. Reforça-se também a importância da articulação intersetorial entre ATER e Saúde, de modo que as políticas públicas para comunidades do campo, das florestas e das águas sejam viabilizadas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, K. P. S.; JAIME, P. C. Política nacional de alimentação e nutrição e seu diálogo com a política nacional de segurança alimentar e nutricional. **Ciência e saúde coletiva**, v. 19, n. 1, p. 4331-40, 2014.
- ARNAIZ, M. G. Em direção a uma nova ordem alimentar?. *In*: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 147-164.
- BATISTA, L. M. G. *et al.* Percepção de agricultores familiares do programa de aquisição de alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 494-504, 2016.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, n. 10, p. 141-163, 1981.
- BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Saúde. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 7 nov. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2. ed., 1. reimpr., 2014.
- CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. Bra. Enferm.**, Brasília, v. 54, n. 5, p. 611-614, set./out. 2004.
- COSTA, L. A. da *et al.* Insegurança alimentar em agricultores: violação do direito humano à alimentação adequada. **Cad. Saúde Colet.**, v. 29, n.1 p. 122-132, 2021.
- CRUZ, F. T. da. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, 2020.
- DENZIN, N. K. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FAUSTO, M. C. R. *et al.* Atenção primária à saúde em municípios rurais remotos brasileiros: contexto, organização e acesso à atenção integral no sistema único de saúde. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 32, n. 1, 2023.
- GIL, A. C. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GRIGOL, N. S. *et al.* Produção para autoconsumo e segurança alimentar entre assentados rurais do Alto Xingu, Mato Grosso, Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 2, 2022.

HENDLER, V. M.; RUIZ, E. N. F.; OLIVEIRA, L. D. de. Sociobiodiversidade na Alimentação Escolar: os desafios e as potencialidades de um campo em construção no município de Mostardas-RS. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 32, n. 3, 2023.

IBARRA, A. C. R.; PIZZINATO, A.; OLIVEIRA, M. Z. de. Mulheres agricultoras do Rio Grande do Sul: suas trajetórias no contexto da produção agroecológica. **Psicologia & Sociedade**, n. 35, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 15 dez. 2023.

LEITE, M. L. S.; LEITE, J. F. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 528-538, set./dez. 2022.

LIMA, R. S.; NETO, J. A. F.; FARIAS, R. C. P. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. **Demetra**, v. 10, n. 3, p. 507-522, 2015.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MOURA, C. S. de *et al.* Estratégias de promoção da saúde na primeira infância: tecendo redes locais. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 5, p. 45-56, dez. 2022.

NIEMEYER, C. B. de; SILVEIRA, V. C. A. da. Da pandemia à agroecologia: redes de solidariedade na construção de um novo paradigma socioecológico. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 2, p. 377-390, jun. 2022.

OLIVEIRA, N. R. F. de; JAIME, P. C. Práticas em educação alimentar e nutricional na Assessoria Técnica Social e Ambiental para assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Sul. *In*: DALBIANCO, V. P.; NEUMANN, P. S.; ZARNOTT, A. V.; FIALHO, M. A. V. (org.). **Uma nova extensão rural pública: a experiência pluralista e descentralizada da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) no Estado do Rio Grande do Sul**. 1 ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2018, v. 1, p. 247-274.

PEREIRA, I. C.; BANDEIRA, H. M. M. Práticas educativas de nutricionistas: perspectivas educativas manifestadas no PSE. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 3, p. 142-155, nov. 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PENSSAN). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022.

REVISTA SAÚDE E SOCIEDADE. **Submissões online.** Portal de revistas da USP.
Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc/onlinesubmission>. Acesso em: 03 nov. 2023.

RIGOTE, G.; BUENO, A. X.; AKERMAN, M. Cozinhando mudanças: o ato de cozinhar como ferramenta de enfrentamento aos desafios do Antropoceno. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 32, n. 2, 2023.

RODRIGUES, R. P.; MEDEIROS, M. Atividades socioprodutivas e tipologias de unidades de produção familiar de camponeses-ribeirinhos em várzea do Baixo Tocantins. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 2, 2024.

SANTOS, T. T. B. dos; TORRES, R. L. Efeitos do acesso ao mercado institucional sobre a segurança alimentar e nutricional no município de Almirante Tamandaré, Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, 2023.

SOUSA, D. N.; JÚNIOR, F. G. R. P. Os desafios da atuação dos mediadores sociais na ATER para inovação e inclusão produtiva de agricultores familiares no estado do Tocantins. **Interações**, Campo Grande, v. 23, n. 2, p. 539-553, abr./jun. 2022.

ANEXO

Anexo 1 – Regras para publicação na revista Saúde e Sociedade.

Preparação de manuscritos

Antes de realizar a submissão, verifique se seu manuscrito atende a todas as solicitações previstas em nosso checklist.

Formato

Papel tamanho A4, margens de 2,5 cm, espaço 1,5, letra Times New Roman 12.

O número máximo de palavras, sempre incluindo ilustrações e referências bibliográficas, é de sete mil, exceto para os comentários cujo limite é de mil palavras.

Estrutura

Folha de rosto

Nome(s) do(s) autor(es): todos devem informar a afiliação institucional (em ordem decrescente, por exemplo: Universidade, Faculdade e Departamento) e e-mail. O autor responsável pela correspondência também deve informar seu endereço completo (rua, cidade, CEP, estado, país). Contribuições dos autores e informações sobre o financiamento também devem constar na folha de rosto, que deverá ser submetida em arquivo separado como FILE NOT FOR REVIEW.

Manuscrito (documento principal)

Título: Até 50 palavras. Conciso e informativo. Na língua original e em inglês.

Resumos: Devem refletir os aspectos fundamentais dos trabalhos, **com até 200 palavras, incluindo objetivos, procedimentos metodológicos e resultados**. Devem preceder o texto e estar na língua original e em inglês (abstract). Mesmo não sendo incluídos na contagem de palavras, o Resumo e o Abstract devem estar presentes no arquivo do artigo.

Palavras-chave: Até 5 palavras-chaves, na língua original do texto e em inglês, apresentadas após o resumo.

Ilustrações

Gráficos e tabelas: Os gráficos e tabelas devem ser apresentados em seus programas originais (por exemplo, em Excel: arquivo.xls), devidamente identificados.

Imagens: As imagens (figuras e fotografias) devem ser fornecidas em alta resolução (300 dpi), em JPG ou TIF, com no mínimo 8 cm de largura.

Todas as ilustrações devem ser submetidas como arquivos separados do manuscrito (documento principal).

Imagens que podem identificar os autores devem ser submetidas como FILE NOT FOR REVIEW.

Citações e referências

As citações no texto devem seguir o padrão ABNT, seguindo o sistema autor-data.

Os autores são responsáveis pela exatidão das citações e referências bibliográficas citadas no texto. As referências deverão seguir as normas da **ABNT NBR 6023**, serem apresentadas ao final do trabalho e

ordenadas alfabeticamente pelo sobrenome do primeiro autor. A seguir alguns exemplos:

Livro

FORTES, P. A. de C.; RIBEIRO, H. (Org.). *Saúde global*. São Paulo: Manole, 2014.

Capítulo de Livro

GOTLIEB, S. L. D.; LAURENTI, R.; MELLO JORGE, M. H. P. Crianças, adolescentes e jovens do Brasil no fim do século XX. In: WESTPHAL, M. F. *Violência e criança*. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 45-72.

Artigo de Periódico

BASTOS, W. et al. Epidemia de *fitness*. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 485-496, 2013.

Tese

SANTOS, A. L. D. dos. *Histórias de jovens que vivenciaram a maternidade na adolescência menor: uma reflexão sobre as condições de vulnerabilidade*. 2006. Tese (Doutorado em Saúde Materno-Infantil)-Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Documento on-line

WHO GLOBAL MALARIA PROGRAMME. World malaria report: 2010.

Geneva: WHO, 2010. Disponível em:

<http://www.who.int/malaria/world_malaria_report_2010/worldmaliareport2010.pdf

>. Acesso em: 7 mar. 2011.

Legislação (Lei, Portaria etc.)

- Versão impressa

BRASIL. Lei nº 9887, de 7 de dezembro de 1999. Altera a legislação tributária federal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 8 dez. 1996. Seção 1, p. 13.

- Versão eletrônica

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 485, de 11 de novembro de 2005. Aprova a Norma Regulamentadora nº 32 (Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 nov. 2005. Disponível em:

<http://www.mte.gov.br/legislacao/portarias/2005/p_20051111_485.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2007.

Artigo ou matéria de jornal

CUPANI, G. População sedentária preocupa médicos reunidos em simpósio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 out. 2010. Equilíbrio e Saúde, p. 14.

Trabalho apresentado em evento (congresso, simpósio, seminário etc.)

- Versão impressa

COUTO, M. T.; SOTT, R. P. Ética, diversidade e saúde reprodutiva. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM SAÚDE, 2., 1999, São Paulo. *Livro de resumos...* São Paulo: Abrasco: Unifesp, 1999, p. 100.

- Versão eletrônica

CARVALHO, C. A. Religião e aids: segredos e silêncios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PREVENÇÃO EM DST/AIDS, 4., 2001, Cuiabá. *Anais...* Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001, p. 71-72.
Disponível em: <<http://www.portalsaudebrasil.com/artigospsb/public007.pdf>>. Acesso em: 18 ago.2006.

Fonte: Revista Saúde e Sociedade.